



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

06, 07 e 08 de julho 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 6 e 7/06/2013

Assunto: Royalties para Educação

Página: 10

Notícias do Dia

ROYALTIES DO PETRÓLEO

Educação receberá R\$ 42 bi em 10 anos

A partir de 2014, a educação terá uma fonte adicional de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões ao ano, além de um montante estimado em R\$ 42 bilhões ao longo da próxima década. Esse é o cálculo inicial feito pelo governo federal a partir de projeto, aprovado nesta semana no Senado Federal, que trata da distribuição dos royalties do petróleo para educação e saúde. O primeiro valor leva em consideração a produção de 332 mil barris de petróleo por dia em campos de pré-sal já em exploração.

De acordo com texto aprovado pela Casa, 50% desse recurso devem ir diretamente para educação. A outra metade deve ser mantida no fundo social, espécie de poupança dos recursos da exploração do

petróleo. Já o valor previsto para os próximos dez anos se refere a 75% do montante arrecadado com royalties e participação especial da União em contratos firmados a partir de 3 de dezembro do ano passado, sob os regimes de concessão e de partilha de produção de petróleo. Os outros 25% (R\$14 bilhões) iriam para a saúde.

Com as mudanças feitas pelos senadores, não há vinculação da receita de Estados e municípios com os royalties e participação especial. "Não podemos invadir a competência dos demais entes da federação", disse Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado. Braga negou que a intenção do governo tenha sido de reduzir os recursos para a educação.



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/ND

Justificativa. Braga negou intenção do governo em reduzir recursos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 6 e 7/07/2013
Assunto: Avaliação do Ministerio da Educação		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Avaliação escolar

VANDERLEI WOSNIAK

Professor e diretor da EEB Erwin Radtke

O Ministério da Educação vem realizando, ao longo dos últimos anos, avaliações periódicas que buscam traduzir a realidade da educação no país. Temos a Prova Brasil, avaliações para diagnóstico, em larga escala, “que têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos”. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a questões de língua portuguesa e matemática. No questionário socioeconômico, os alunos fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Quanto ao Enem, o objetivo é a avaliação do desempenho dos alunos que estão terminando o ensino médio.

Já a Provinha Brasil é uma avaliação do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. Segundo o MEC, a aplicação em períodos distintos possibilita um diagnóstico mais preciso. A partir destas informações, os gestores e professores têm condições de intervir de forma eficaz no processo de alfabetização.

Ao sermos avaliados externamente, é preciso parar de “tapar o sol com a peneira”. É reforçar o que está dando resultado e combater os insucessos. Para isto precisamos aceitar as críticas, compreender que a sociedade espera mais das instituições de ensino e reconhecer a importância de nossa profissão. E isto exige profissionalismo, termo que aponta para trabalho dedicado e responsável, com compromisso e empenho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 08/06/2013
Assunto: Nomeação de sucessor para a Secretaria da Grande Florianópolis		Página: 10

Notícias do Dia

- PC do B da Capital faz plenária amanhã, a partir das 18h, e mobilização nas ruas, principalmente do movimento passe livre, estará na pauta.
- Tem crise à vista: o nome de Amauri dos Projetos, de São José, não deve ser o sucessor do deputado Renato Hinnig na Secretaria Regional da Grande Florianópolis.
- Reparem na visita que o governador da Catalunha (Espanha), Artur Mas i Gavarró, fará hoje ao governador Raimundo Colombo e avaliem se o mandatário não parece com o ex-prefeito de Florianópolis Dário Berger.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina

Editoria: Política

Data: 6 e 7/07/2013

Assunto: Áreas para instalação do novo campus da UFSC

Página: 10

JORNAL DE
SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Federal. UFSC avalia áreas

para campus

FLORIANÓPOLIS - A reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Roselane Neckel, virá a Blumenau, em até 15 dias, conhecer as áreas sugeridas pela prefeitura para a instalação do campus da instituição no Vale. A notícia veio após reunião com o prefeito Napoleão Bernardes, sexta-feira, na Capital. A expectativa é que o local seja definido ainda em julho:

- Estamos avaliando as áreas. Assim que visitarmos os locais, faremos um relatório. Nossa expectativa é definir isso até o final do mês - afirmou Roselane.

Ao sair do encontro, Napoleão disse estar satisfeito:

- São 500 vagas públicas gratuitas imediatamente oferecidas à comunidade regional. E, especialmente, os cursos oferecidos tem tudo a ver com a perspectiva de desenvolvimento da região. Há essa identificação com a demanda do mercado. Ganharíamos em competitividade.

A prefeitura de Blumenau havia encaminhado à UFSC, em 24 de maio, documento contendo estudo com 11 áreas com potencial



GABRIELA DEQUECH/DIVULGAÇÃO

Napoleão e Roselane (D) se reuniram sexta-feira, na Capital

para receber o campus. Sexta-feira, outras duas opções foram apresentadas (veja tabela). Também participaram da reunião o secretário de Planejamento, Alexandre Gevaerd, o presidente da OAB Blumenau, César Wolff, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Paulo César Lopes, o vice-presidente da Acib, Avelino Lombardi, o presiden-

te em exercício do Sindilojas, Emílio Schramm, a vice-reitora, Lucia Pacheco, o chefe de gabinete da instituição, Carlos Vieira.

O encontro ocorreu pouco mais de uma semana após o pró-reitor adjunto de Graduação da UFSC, Rogério Luiz de Souza, afirmar que a universidade cogitava outras três cidades para receber a unidade: As-

curra, Gaspar e Indaial. A informação foi recebida com surpresa pela prefeitura, já que em março deste ano Roselane confirmou a instalação do campus em Blumenau.

O campus da UFSC do Vale vai

oferecer cinco cursos a partir de março de 2014: Engenharia Têxtil; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Materiais; e as licenciaturas em Matemática e Química. Estão previstas 500 vagas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo

Editoria: Opinião

Data: 08/07/2013

Assunto: Aprender a ensinar

Página: A2

Aprender a ensinar

Mais recursos não bastam para a educação dar um salto de qualidade; é necessário corrigir graves problemas de método e gestão

A onda de protestos de junho reavivou o sentimento de que é necessário fazer algo para melhorar a educação no Brasil. A insatisfação, porém, ainda é vaga.

Sabe-se muito bem que o ensino é ruim e carece de recursos. Mas há incerteza ou polêmicas ásperas a respeito das causas da má qualidade da escola.

Reportagem do jornal “Valor Econômico” mostrou que, embora a proporção do PIB dedicada pelo governo brasileiro à educação seja semelhante à de países ricos, as despesas por estudante equivalem a 30% do gasto de tais nações.

Uma das expressões da falta de recursos é o baixo salário dos professores. Como consequência, não há incentivo para a seleção de profissionais mais ambiciosos nem condições de trabalho adequadas. Quem opta pelo magistério, se quiser melhorar a remuneração, precisa se dispersar entre vários empregos, em prejuízo da qualidade.

No entanto, dados a engessada estrutura de gastos do setor público, o nível de endividamento do governo e a carga tributária excessiva, não é possível despendar mais em educação a não ser por meio de incrementos modestos. Reforça-se, assim, a necessidade de aproveitar melhor os recursos existentes.

O diagnóstico é conhecido, mas

não trata do problema essencial. Falta o debate básico sobre o que se passa na sala de aula. Esse assunto não respeita apenas ao ensino público —alunos de escolas privadas também têm desempenho ruim nas provas internacionais.

Não se discutem a conduta dos professores, os assuntos a serem ensinados, o imenso currículo, o conteúdo dos livros didáticos e seus usos. Tampouco se definem os métodos mais eficazes ou o que deve ser padronizado.

Tanto pior, esses temas são mais relevantes se o contingente de professores é despreparado —o que, em boa medida, é o caso do Brasil.

A lista de deficiências continua. Em vez de guias nacionais de desempenho e metas de ensino, há uma confusão de redes escolares e dispersão de esforços e recursos em programas propagandísticos.

Escolas de excelência, com diversos computadores ou laboratórios exemplares ilustram o ponto —além de tais medidas não serem prioritárias, a escassez orçamentária impede que sejam replicadas.

Isso para nada dizer de questões mais pedestres: salas de aula em bom estado de conservação e limpeza, cadeiras, giz e livros.

Mais dinheiro para o setor dará conta apenas de parte desses problemas. Um plano continuado para a educação, no entanto, exige visão de longo prazo e uma reforma de alcance nacional.

Sem isso, a grita por mais recursos para melhorar o ensino pode resultar apenas em mais desperdício de verbas públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 08/07/2013
Assunto: Senado corta 53% dos royalties que iam para Educação		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Senado corta 53% dos royalties que iam para Educação

Novo texto reduziu o repasse para a Educação de R\$ 209 bilhões para R\$ 97 bilhões

O projeto de lei que destina royalties do petróleo para Educação e saúde, aprovado pelo Senado na noite de terça-feira, reduziu em 62% o montante direcionado às duas áreas em relação ao que havia sido votado pelos deputados.

Com isso, o repasse cai de R\$ 279,08 bilhões para R\$ 108,18 bilhões. No caso da Educação, o percentual diminui 53,43% de R\$ 209,31 bilhões para R\$ 97,48 bilhões. Na saúde, com a redução de 84,7%, o valor despenca de R\$ 69,77 bilhões para R\$ 10,7 bilhões. A estimativa é da Consultoria Legislativa de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos da Câmara, com dados da Agência Nacional do Petróleo.

É um retrocesso ao clamor popular, avaliam especialistas. O projeto da Câmara, votado na semana passada em meio ao furor das manifestações que pediam 10% do PIB brasileiro para a Educação, não chegava a alcançar esse percentual, mas previa um acréscimo de 1,1% do PIB para o setor até 2022, chegando a 7% - hoje são 5,8%.

"A redução feita pelo Senado derrubou o percentual de 1,1% para apenas 0,4% do PIB. Foi o anticlímax. Existia um ganho que não era o ideal, mas melhorava bem. Agora voltamos quase ao zero", diz o Professor Luiz Araújo, especialista em financiamento e políticas públicas.

O relator do projeto é o líder do governo na Casa, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), e as alterações, segundo os bastidores no Congresso, são resultado de um acordo entre governo e líderes partidários.

Entre as mudanças propostas pelo Senado, duas delas explicam a redução do investimento. A primeira é em relação aos contratos já assinados. Assim como a Câmara, o texto dos senadores mantém que royalties obtidos com a produção atual de petróleo, em contratos assinados desde 3 de dezembro de 2012, já sejam destinados ao setor. A diferença é que, pelo substitutivo, a regra vale só para os royalties que cabem à União: Estados e municípios ficam isentos da obrigatoriedade.

A outra alteração que interfere no montante de verbas é a questão do Fundo Social. O projeto do Senado destina 50% dos rendimentos dos recursos recebidos pelo Fundo Social, em vez do total. Isso significa que o excedente em óleo referente aos contratos de partilha de produção não será destinado às áreas de Educação e saúde, a não ser pelos rendimentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"A nossa luta não é para criar pressão sobre a base econômica brasileira. O que pedimos para a Educação não vai quebrar o País. Mudar tudo isso é chamar o povo de idiota. O País não pode abrir mão dessa conquista", afirma o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

Um estudo do Professor Nelson Cardoso Amaral, especialista em financiamento da Universidade Federal de Goiás (UFG), mostra que, para chegar ao valor que os Estados Unidos investem por ano em cada estudante, o Brasil teria de empenhar 10% do PIB de hoje até 2040.

Um documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresenta outras possibilidades para a necessidade de aumentar recursos, como a ampliação de impostos e a vinculação de parte das contribuições para o setor, até ações como melhorar a gestão e o controle social dos gastos públicos.

Empenho. Em nota, a assessoria de imprensa do senador Eduardo Braga, relator do projeto, diz que o valor estimado no projeto da Câmara era equivocado por basear-se em premissas não fundamentadas e que as alterações introduzidas no Senado buscaram aprimorar o texto, "minimizando o risco de judicialização e evitando o uso indevido do Fundo Social".

De acordo com a nota, "utilizar no País as receitas do Fundo Social contraria todos os princípios para os quais ele foi criado, especialmente a estabilidade econômica e a capacidade de competição".

Ao fim, o texto divulgado salienta que a iniciativa de vincular os 100% dos royalties do petróleo para a Educação foi uma iniciativa do governo. "Portanto, o governo e o Parlamento brasileiro tem o maior interesse em aumentar as verbas, mas : de maneira responsável e segura juridicamente."

Por causa das alterações realizadas, a matéria volta a ser discutida na Câmara. A Casa deve votar, na próxima semana, se aceita as modificações no texto ou se mantém o que havia sido aprovado anteriormente. Após essa decisão, o projeto segue para a presidente, que decidirá pelo sanção ou veto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência Brasil	Editoria: Educação	Data: 08/07/2013
Assunto: Professores do Ensino Fundamental podem escolher livros didáticos para 2014		Página: Online



Professores do Ensino Fundamental podem escolher livros didáticos para 2014

Consulta pode ser feita pela internet no Guia de Livros Didáticos para 2014

Os professores dos anos finais do ensino fundamental podem consultar pela internet o Guia de Livros Didáticos para 2014. De 2 a 12 de agosto eles terão de escolher os títulos de português, matemática, história, geografia, ciências e língua estrangeira que serão adotados na rede pública a partir do próximo ano.

Para ajudar na escolha, o guia do Ministério da Educação (MEC) traz resumos e informações sobre as obras selecionadas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A escolha deverá ser feita também online pelos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Após a seleção, a aquisição das obras será negociada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com as editoras. Pela escala da compra, o FNDE obtém preços inferiores aos do mercado.

A previsão da autarquia é a aquisição 90 milhões de exemplares para 13 milhões de estudantes. Os livros serão usados nos próximos 3 anos. Além da versão digital do guia, na internet, o FNDE enviará versões impressas às unidades de ensino participantes do PNLD que atendam às turmas dos anos finais do ensino fundamental.



Veículo: Revista Veja

Editoria: Educação

Data: 08/072013

Assunto: Dados novos, problema antigo

Página: 100,101

veja

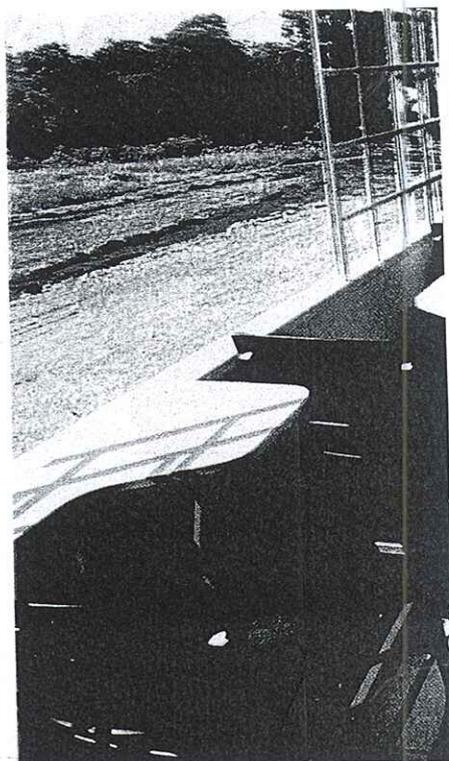
DADOS NOVOS, PROBLEMA ANTIGO

GUSTAVO IOSCHPE

Na terça-feira 25 de junho, foram divulgados os dados do Education at a Glance 2013, o maior observatório de estatísticas educacionais do mundo, atualizado anualmente pela OCDE. O levantamento traz informações dos 34 países-membros da OCDE (os do chamado Primeiro Mundo, mais Chile, México, Turquia e países da Europa Oriental) e oito países do G20, incluindo o Brasil. O EAG reúne dados sobre diversos aspectos da educação — financiamento, estrutura de gastos, escolaridade da população, carga horária dos sistemas educacionais e retornos à educação, entre outros. Os dados são novos, mas, no que tange ao Brasil, infelizmente o retrato é antigo. Apesar de termos aumentado significativamente os insumos educacionais na última década — especialmente o volume de investimento —, nosso sistema educacional continua gerando poucos formados. Só 12% da nossa população adulta tem ensino superior, taxa que é quase um terço da existente nos países da OCDE (31%). Por causa da escassez de gente qualificada no país, os diplomados continuam ganhando excepcionalmente bem no mercado de trabalho, (aqui, o bacharel ganha 2,5 vezes mais que alguém com apenas o ensino secundário, contra 1,5 vez na OCDE). Assim, a educação nacional, longe de ser uma ferramenta de alteração do *status quo*, torna-se a grande perpetuadora de nossas desigualdades de renda.

Esses dados deveriam ser lidos com muita atenção por governantes e pelos manifestantes que foram às ruas clamando por uma educação melhor, sob pena de insistirmos na tecla errada: aumentar o volume de gastos no setor não deve trazer a qualidade educacional de que precisamos. Como mostra o EAG, em 2000 o Brasil gastava 2,4% do seu PIB com educação básica, contra 3,6% da média dos países da OCDE. Proporcionalmente, portanto, esses países gastavam 50% mais do que o Brasil. Em 2010, porém, a situação se inverteu e o país já gastava 4,3% do seu PIB na área, contra 3,9% nos países da OCDE. Gastamos, portanto, 10% mais do que eles, em termos de nossas riquezas nacionais. Ainda gastamos menos no ensino superior (universitário): 0,9% do PIB, contra 1,6% do PIB.

Mas, antes que se dê atenção aos que usarão esse dado como prova do “sucateamento” da universidade brasileira, é preciso prestar atenção aos detalhes e notar que ele compara coisas e realidades diferentes. O dado brasileiro diz respeito apenas a instituições públicas, enquanto na maioria dos países da OCDE os dados fornecidos são de instituições públicas e privadas. Essa é uma enorme diferença, porque no Brasil o setor privado responde por quase três quartos da matrícula universitária, enquanto nos países da OCDE, pelo contrário, 71% da matrícula está nas universidades públicas. Além disso, nesses países a taxa de matrícula no ensino superior costuma ficar entre 50% e

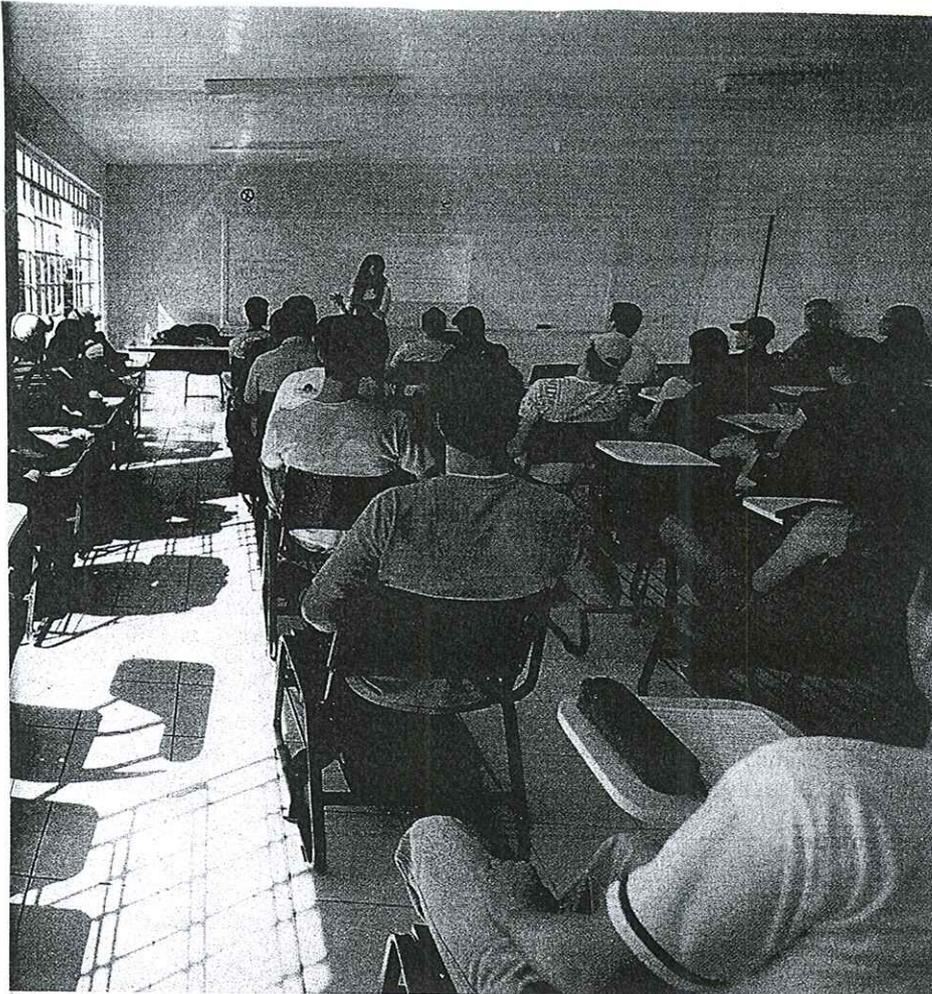


80%, enquanto no Brasil mal passa de 20%. Ou seja, gastamos um pouco menos no ensino superior, mas para um número várias ordens de grandeza menor de alunos. A diferença fica visível quando se olha para o custo por aluno. Se na educação básica o Brasil tem gastos semelhantes aos dos países desenvolvidos, no ensino superior nosso gasto por aluno, relativo ao nível de renda médio do país, é bem diferente: enquanto o universitário brasileiro custa 105% da renda de um brasileiro médio, nos países desenvolvidos essa relação é de apenas 41%.

A educação brasileira também consome uma fatia maior do orçamento público do que aquela dos países da OCDE: 18,1% aqui, contra 13% lá. A destinação dos gastos é parecida: quase três quartos da verba vai para bancar o salário de professores e funcionários. Os dados também trazem pouco alento àqueles que acreditam ser indispensável ter ensino de tempo integral em todo o sistema educacional para que seja possível oferecer um ensino de qualidade: a jornada média, no ensino fundamental, é de 863 horas nos países da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE PÚBLICA,
setor em que o Brasil gasta
muito mais do que os países
avançados mas colhe
os frutos mais pífios

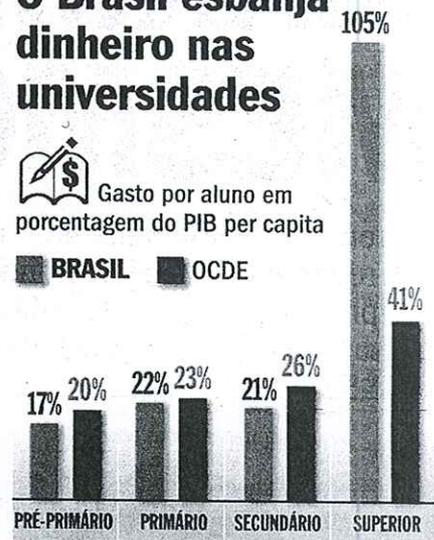
O Brasil esbanja dinheiro nas universidades



Gasto por aluno em
porcentagem do PIB per capita

BRASIL

OCDE



Fonte: Unesco

OCDE, contra as 800 horas previstas em lei no Brasil. Também fica difícil atribuir nosso insucesso à “superlotação” das nossas salas, já que aqui, novamente, as diferenças são pequenas: no Brasil há 27,5 alunos por classe no ensino fundamental, contra 22,3 na OCDE. O outro insumo medido pela OCDE que poderia lançar muita luz sobre o nosso debate educacional — o salário dos professores — está misteriosamente indisponível para o Brasil. Os dados brasileiros são enviados à OCDE pelo Inep, órgão do Ministério da Educação. Até o EAG de 2005, esses dados constavam dos relatórios. No EAG daquele ano — que trazia informações referentes a 2003, o primeiro ano do governo Lula —, os dados mostravam que o professor brasileiro tinha salário mais alto que o de países da OCDE, quando comparado à renda média dos respectivos países (um professor brasileiro ganhava 2,3 vezes a renda média nacional, enquanto seu confrade da OCDE, com a mesma jornada e a mesma experiência na profissão, recebia 1,4 vez). Consultado sobre o porquê da omissão no relatório desse

ano, o Inep/MEC não se pronunciou até o fechamento desta edição. Será porque esses dados ajudariam a reforçar que o professor brasileiro ganha o que seria de esperar, algo que desagradaria aos sindicatos de professores e funcionários da educação, apoiadores históricos do PT? Fica a dúvida.

Em entrevista a VEJA, Andreas Schleicher, diretor da OCDE, comenta as diferenças de resultados educacionais entre o Brasil e outros países em desenvolvimento que ostentam melhores indicadores no setor, como a China e o Chile. “Os países que tiveram melhorias significativas elevaram seus padrões de exigência e conseguiram tornar a docência uma profissão, em vez de ver o professor como um mero entregador de conteúdos. O Brasil poderia aprender com os chineses como eles fizeram para que os melhores professores e diretores se encaminhem para as escolas com maiores dificuldades — o oposto do que acontece no Brasil, onde os melhores professores escolhem as áreas mais fáceis. Os países de sucesso não são os que gastam mais, mas aqueles que aplicam seus recursos de forma

que eles possam realmente fazer a diferença para quem mais importa, que são os alunos de família de baixa renda. Os alunos de classe média e alta vão bem em todos os lugares do mundo. O buraco entre o Brasil e outros países se dá pelo que é feito com os alunos pobres. Tanto o Brasil quanto a China acreditam que é importante dar uma educação de qualidade para todos os alunos, mas a diferença é que no Brasil a mediocridade é tolerada, é aceitável você ter um aprendizado mais ou menos. Na China as ambições são mais elevadas. Acho que o Brasil teria um desempenho muito melhor nos testes internacionais de educação se tivesse expectativas mais altas, especialmente para crianças mais pobres.”

Está aí um pacto pela educação que nossas lideranças (e manifestantes) poderiam implementar: que todos os professores, funcionários, diretores de escola e secretários municipais e estaduais de educação se comprometessem a dar um ensino de qualidade mesmo aos alunos mais pobres, sem aceitar para eles nada menos do que desejam para os próprios filhos.